



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra a remoção

Women's Insurgency: The Ethics of Care and the Struggle Against Evictions

Poliana Monteiro¹, pesquisadora ETTERN/IPPUR/UFRJ,
poli.dmambembe@gmail.com

Mariana Medeiros², pesquisadora ETTERN/IPPUR/UFRJ,
mariqopeme@gmail.com

¹ Arquiteta Urbanista e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Pesquisadora do Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ. Tem experiência nas áreas de Urbanismo e Planejamento Urbano, principalmente nos temas Habitação de Interesse Social, Regularização Fundiária, Assentamentos Precários, Política Habitacional e Desigualdade de Gênero.

² Advogada e Mestre em Direito da Cidade pela UERJ. Pesquisadora do Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos, Direito à Cidade, Direito à Moradia e Regularização Fundiária.

Luiza Nasciutti³, mestranda IESP/UERJ,
luizanasciutti@gmail.com

Luiza Nasciutti

³ Graduada em Produção Cultural pela UFF. Mestranda em Sociologia no IESP/UERJ. Pesquisadora associada do grupo de pesquisa Cultura, Política e Território/UFF. Tem experiência na área de Cultura e de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana e Estudos de Gênero.

Resumo

O presente artigo se baseia na observação empírica da importância das mulheres na luta pelo direito à cidade e de seu crescente protagonismo na resistência às remoções na cidade do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos esportivos. A resistência popular à chamada “cidade olímpica” para os Jogos 2016 evidenciou cotidianamente a capacidade de organização coletiva sensível e determinada, protagonizada por mulheres. O sujeito coletivo “mulheres” e suas estratégias que estabelecem uma nova ética política baseada no cuidado e nas relações cotidianas, consolidam uma estratégia não somente de resistência mas de combate aos avanços nas constantes tentativas de retirada de direitos.

Palavras Chave: Resistência feminina, Remoções, Desenvolvimento Urbano.

Abstract/Resumen

The present article is based on the empirical observation of the importance of women in the fight for the right to the city and its increasing role in the resistance to the removals in the city of Rio de Janeiro in the context of the sport mega events. The popular resistance to the so-called "Olympic city" for the 2016 Games evidenced daily the capacity of sensitive and determined collective organization, carried out by women. The collective subject "women" and their strategies that establish a new political ethic based on care and daily relationships, consolidate a strategy not only of resistance but of fighting the advances in the constant attempts of withdrawal of rights.

Keywords/Palabras Clave: Female Resistance, Evictions, Urban Development.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se baseia na observação empírica da importância das mulheres na luta pelo direito à cidade e de seu crescente protagonismo na resistência às remoções na cidade do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos esportivos. Com o fim do ciclo dos megaeventos e na conjuntura de recessão econômica e diminuição dos investimentos em políticas públicas, os grandes interesses que movem a produção do espaço urbano se rearticulam. Após a luta contra as remoções empreendida nos últimos anos, novos desafios e ameaças demandam a organização política e o fortalecimento das estratégias e articulações estabelecidas nos últimos anos. A insurgência dos movimentos pelo direito à moradia que fazem frente a chamada “cidade olímpica” para os Jogos 2016 evidenciou cotidianamente a capacidade de organização coletiva sensível e determinada, protagonizada por mulheres. O sujeito coletivo “mulheres” e suas estratégias que estabelecem uma nova ética política baseada no cuidado e nas relações cotidianas, consolidam uma estratégia não somente de resistência mas de combate aos avanços nas constantes tentativas de retirada de direitos.

No processo de resistência, a noção de direito à cidade se consolidou como ideia central da resistência à remoção e ao modelo de cidade excludente, contribuindo para a articulação de lideranças comunitárias e movimentos sociais que constituíram um repertório de estratégias de luta e resistência. O modelo de cidade imposto a partir de um processo definido pela falta de transparência, práticas coercitivas e justificativas questionáveis, legitimadas a partir de discurso técnico que dissimula as razões políticas, econômicas e ideológicas das ações do poder público, constitui um campo de conflitos sociais urbanos que compreende tanto a disputa simbólica do ideal de cidade, quanto a disputa pelo território e o direito à moradia.

O fim da hegemonia do PMDB no governo municipal no Rio de Janeiro, com a eleição do conservador Marcelo Crivella (PRB) para a Prefeitura e a crise econômica do Estado, apresentam um cenário social e político incerto para os próximos anos. O ciclo dos megaeventos terminou com algumas grandes vitórias das comunidades que resistiram à remoção e movimentos sociais, mas novos desafios são imediatamente colocados. Nesse contexto, a perspectiva de que a ameaça das remoções e o projeto de cidade segregada e elitista percam o ímpeto, portanto, se confronta com novos desafios apresentados por mecanismos de planejamento urbano experimentados e consolidados durante o período da preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos que continuam em curso, apesar da conjuntura de crise econômica e desinvestimento em políticas públicas. O Projeto de Estruturação Urbana das Vargens (PEU), em área de expansão do capital imobiliário, vinculado a uma Operação Urbana Consorciada (OUC) nos moldes realizados na região portuária do Rio de Janeiro e apresentado à população como “Vargens Maravilha”, evidencia a continuação do ímpeto segregador baseado na remoção da população de baixa renda que definiu o planejamento urbano da gestão municipal no período anterior. Nesse contexto, a organização insurgente se faz imperativa e a agência constituída pelo sujeito coletivo mulheres no período de luta contra as remoções deve ser estruturante e precisa ser evidenciada e valorizada nas novas articulações.

A perspectiva das mulheres na luta amplia os temas do debate urbano e desgeneralizam o sujeito que vive na cidade, marcando em seus corpos e trajetórias, com seu sexo, seu gênero, a cor de sua pele e sua classe social. As novas insurgências ampliam o campo de luta pelo direito à cidade e constituído em bases mais democráticas e menos hierárquicas de organização política, base do

feminismo, ampliam seu potencial de transformação. A própria noção de direito à cidade é confrontada e surge a dúvida, o que é direito à cidade para as mulheres? Para as várias e diferentes mulheres que vivenciam a cidade de distintas formas? O feminismo foi, ao longo do tempo, determinado pelas práticas feministas, pela especificidade do sexismo, pela conjuntura política e o contexto material e social característicos. Assim, não houve, ao longo da história, um só feminismo, mas vários, todos embebidos da conjuntura histórica, política, social e econômica que os gestaram. A luta das mulheres apresenta novas estratégias de enfrentamento na luta pelo direito à cidade e exige novas diretrizes para a lógica de planejamento urbano.

Para desenvolver esta reflexão o artigo, constitui-se das seguintes partes: uma breve apresentação dos conflitos sociais urbanos relacionados aos megaeventos esportivos e às remoções massivas empreendidas pela gestão municipal a partir de 2009; caracterização do território em disputa, apresentando as comunidades Vila Autódromo e Arroio Pavuna como exemplos de espaços de resistência e luta protagonizadas por mulheres; uma breve apresentação do histórico de lutas nas quais as mulheres se engajaram no Brasil destacando sua importância na luta pela moradia incorporando uma reflexão sobre a luta pelo direito à moradia e contra remoção como um espaço de resistência que possibilita a subversão do papel social normativo das mulheres e incentiva práticas de emancipação; e finalmente, a inserção da perspectiva de mulheres que lutaram contra o processo de remoção no Rio de Janeiro sobre sua relação com a cidade e com a luta por direitos a partir de relatos trocados em Roda de Conversa realizada com intuito de potencializar a articulação política de mulheres que lutam pelo direito à moradia no Rio de Janeiro. Nas considerações finais, por sua vez, serão retomadas as principais ideias com intuito de aprofundar a reflexão inicialmente apresentada.

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

A retomada de investimentos em políticas públicas, especificamente em infraestrutura e habitação proporcionada pelo crescimento econômico relacionado às condições internacionais favoráveis possibilitou, nos últimos anos, a redução da pobreza e da desigualdade no país. As cidades se transformaram, evidenciando o desenvolvimento urbano de maneira geral, principalmente por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nesse ambiente de prosperidade e otimismo, entretanto, a preparação do Rio de Janeiro para os Megaeventos esportivos explicitou um projeto de cidade vinculado aos interesses especulativos e baseado no discurso de desenvolvimento que posiciona a valorização imobiliária como objetivo do planejamento urbano. A cidade assim concebida é homogênea e conformada por espaços de exclusividade e conseqüentemente, de segregação. A construção de um modelo de planejamento urbano mais inclusivo, portanto não se efetivou.

As chamadas “jornadas de junho de 2013” se caracterizaram por suas bandeiras que reivindicavam uma ampliação do feixe de direitos que compõem o direito à cidade: mobilidade, educação, moradia, etc. No entanto, o que temos visto no último período, são políticas voltadas para a manutenção do status quo urbano-regional patrimonialista e segregador. As transformações realizadas no Rio de Janeiro olímpico evidenciam esse perfil excludente da gestão urbana, tendo como resultado a remoção de diversas comunidades e a realização de projetos urbanísticos que não foram discutidos com a população da cidade, sem respeito às suas demandas prioritárias.

Diante de um cenário que aponta para uma tendência de forte redução nos investimentos públicos, o retorno do aumento das desigualdades socioespaciais e a retomada da concentração da renda e riqueza, cabe o questionamento do que pode ser feito, como resistir, como caminhar na conquista de melhores condições de vida na cidade. Assim, configura-se um importante momento para a discussão da agenda pública nacional, regional e local, para o planejamento urbano e regional, mas também para se pensar em propostas, estratégias e, sobretudo, em estratégias de resistências.

Neste contexto, a vida das mulheres é especialmente afetada. O avanço de uma pauta conservadora com relação aos direitos sexuais e reprodutivos também se impõe como desafio. Numa sociedade em que as mulheres acumulam funções domésticas com o trabalho externo, mas mesmo assim recebem menos que os homens, a crise econômica tende a agravar as dificuldades vividas. A crise econômica e as medidas austeras que vem sendo propostas pelos governos impactam especialmente a vida das mulheres. Um exemplo disso foi a tentativa de extinção do programa de aluguel social no Estado do Rio de Janeiro. Os conflitos sociais urbanos tendem, portanto, a se agravar ainda mais.

Na preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber projetos vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016, não foi apenas o Poder Executivo que teve protagonismo neste processo de agravação dos conflitos urbanos. Ganhou destaque a omissão do Ministério Público do Estado frente às inúmeras denúncias de violações de direitos e de irregularidades nos processos de viabilização, gestão e construção das estruturas e equipamentos urbanos. O que acabou por legitimar as intervenções realizadas de forma não participativa, sem os estudos de impacto necessários e aprovadas de maneira questionável. O Judiciário, por sua vez, nesse complexo processo de disputas e de luta por direitos, atuou forma ambígua e ignorando a função social da propriedade e os dispositivos legais para a efetivação do direito à moradia em casos de evidente segurança de posse. A noção patrimonialista está presente em decisões judiciais que repetidamente apresentam uma visão preconceituosa em relação à população das cidades e consideram a luta pela moradia em uma sociedade extremamente desigual uma invasão ilegal. O resultado da política urbana e habitacional adotada pela Prefeitura no período entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013 foi a remoção de 20.299 famílias (FAULHABER; AZEVEDO, 2015).

Na conjuntura de crise econômica e desinvestimento em políticas públicas o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi descaracterizado e não atende mais a população de baixa renda que não tem outra forma de acesso à habitação de interesse social. Além disso, não há mais investimento expressivo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e muitas de suas obras foram interrompidas. Atualmente, são outros mecanismos de planejamento urbano estão em pauta, como o Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vagens, no Rio de Janeiro. A proposta de PEU enviada pela Prefeitura ao legislativo municipal visa a abertura de uma nova frente de expansão do mercado imobiliário na cidade. O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 140/2015, que se propõe a instituir esse novo PEU atrelado a uma Operação Urbana Consorciada (OUC) na região, é crucial para entender o estímulo as transformações urbanas pautadas no lucro privado pelo poder público municipal. Este plano, tem como foco estender aos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim, a realidade de uma área de expansão “nobre” da cidade, situada no vetor Zona Sul-Barra da Tijuca, ainda provida de boa parcela de área verde e de espaços livres, que se manteve com uma ocupação rarefeita por longos anos face à retenção de lotes e terrenos pelo mercado fundiário e por uma legislação que desencorajava a ocupação e a mantinha como “área de interesse agrícola” do Município, e que tem sido cada vez mais visada pelo mercado imobiliário (ARAUJO, 2016).

Diante deste contexto, os movimentos sociais e as comunidades que passaram por processo de remoção vinculada aos megaeventos esportivos, nesse momento, começam a buscar novas articulações e estratégias de resistência. A agenda de reformas estagnou e no Rio de Janeiro, a perspectiva é de ampliação do conservadorismo e paternalismo na gestão municipal.

A COMUNIDADE VILA AUTÓDROMO

A comunidade Vila Autódromo, localizada às margens da Lagoa de Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro, é composta por famílias de baixa renda e se desenvolveu durante 40 anos sem qualquer investimento público em infraestrutura ou urbanização. A história de resistência e organização política da Vila Autódromo, se inicia em 1993 com a tentativa de remoção empreendida na gestão César Maia, sob a alegação de “dano urbano, estético e ambiental”. No ano seguinte, na gestão de Leonel Brizola, parte das famílias recebeu a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), proporcionando segurança de posse, reforçada pela Lei Complementar nº 74/2005 que delimita parte da comunidade como Área de Especial Interesse Social (AEIS) e ainda pela Lei Complementar nº 79/2006, que reafirma a destinação da área no contexto do Projeto de Estruturação Urbana (PEU). As ameaças de remoção, ao longo dos anos, foram justificadas por diversos argumentos contraditórios e questionáveis, como poluição paisagística e visual, risco geotécnico, instalações para os Jogos Pan-Americanos, ameaça à segurança da Vila Olímpica, implantação de alça viária do sistema BRT, ampliação da Avenida Abelardo Bueno, implantação de estacionamento e Centro de Mídia.

A implantação do Parque Olímpico no terreno do antigo Autódromo de Jacarepaguá intensificou a pressão sobre a Vila Autódromo, e embora o projeto vencedor concebido pela empresa britânica AECOM, contemplasse a permanência da comunidade e investimentos em infraestrutura e urbanização, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 2011, alegando que a remoção seria uma exigência do Comitê Olímpico Internacional (COI) para viabilizar a construção das instalações esportivas do Parque Olímpico, iniciou a marcação das casas e o cadastramento dos moradores. A alternativa habitacional apresentada foi o pagamento de aluguel social até a finalização da construção de um conjunto habitacional do PMCMV, onde seria realizado o reassentamento definitivo. Os moradores organizados por meio da Associação de Moradores da Vila Autódromo continuavam a resistir.

O ano de 2014 começa na Vila Autódromo com um misto de expectativas. Após reconhecer os equívocos em relação à Vila Autódromo e afirmado a possibilidade de permanência dos moradores e a urbanização da comunidade, a Prefeitura em outubro de 2013 interrompeu as negociações, retomando a prática de intimidação e ameaça de remoção. O temor de práticas arbitrárias pelo poder público se propaga entre os moradores que lutam pela permanência. Os moradores em situação de inadequação habitacional e precariedade acordaram o reassentamento com a Prefeitura já no final de 2013. Com a inauguração do conjunto habitacional Parque Carioca em março de 2014, a pressão sobre os moradores da resistência se intensifica.

A degradação da comunidade e a constante pressão dos agentes da Prefeitura começaram a minar a resistência de parte dos moradores. As demolições são iniciadas após o reassentamento dos moradores no Parque Carioca e se intensificam com o aumento do valor das indenizações. Em 2015 os Decretos de Desapropriação emitidos pela Prefeitura em 18 de março declaram de utilidade pública para fins de desapropriação 48 imóveis da Vila Autódromo. A sede da AMPVA, que de acordo com o projeto de traçado das vias que a Prefeitura havia apresentado em 2013 não estava implicada pelas obras viárias do Parque Olímpico, além das casas das principais lideranças

comunitárias, Altair Guimarães, Jane Nascimento, Inalva Mendes Brito e Maria da Penha Macena, constavam nos decretos. A maioria das casas implicadas nos decretos foram demolidas até o fim de 2015 e a gradativa degradação da comunidade, somada ao terror imposto cotidianamente pela Prefeitura, impeliu outros moradores a negociar e, finalmente, deixar a Vila Autódromo. Até o fim de 2015 mais 117 casas foram demolidas, inclusive aquelas de lideranças históricas da comunidade.

Com a proximidade dos Jogos Olímpicos, a Prefeitura apressou-se em finalizar as obras de preparação para o megaevento na cidade. O período do final de 2015 a início de 2016 foi então marcado pelo aumento das pressões contra a Vila Autódromo e pela aceleração das remoções. Os meses de fevereiro e março de 2016 foram preenchidos por um clima de grande tensão e de enormes perdas para a comunidade, quando edificações extremamente importantes e simbólicas para a luta foram demolidas. Entretanto, em abril, o cenário muda radicalmente. O aumento de pressão e novas estratégias da resistência dos moradores e apoiadores⁴, somado à visibilidade que o caso ganhava internacionalmente, além da conjuntura política que do país, definem um marco vitorioso para a luta da Vila Autódromo: a conquista da permanência de 20 famílias (NASCIUTTI, 2016).

No entanto, mesmo diante da nova realidade da comunidade, no contexto pós Jogos Olímpicos de 2016, a comunidade segue vigilante diante do grande processo de transformação da área do Parque Olímpico em condomínios de luxo. Além disso, com a mudança do grupo político que assumirá a Prefeitura em 2017, correm o risco de não ver as obras das áreas coletivas da comunidade (segunda etapa do acordo) finalizadas. Outro grande desafio é a forte influência que o poder público ainda exerce na gestão do território.

Neste processo de resistência intensa dos moradores, feita de diversas formas e com muitas parcerias, é importante mencionar um protagonismo feminino na luta contra as remoções na cidade. As principais lideranças da luta permanência, costumam ser as moradoras antigas das comunidades ameaçadas e, na maioria das vezes são as “chefes” de suas famílias. Usam sua habilidade feminina para adaptar da melhor forma suas vidas, e a de suas famílias, ao ambiente que ocupam. Nessas comunidades auto-construídas e auto-urbanizadas ao longo dos anos, através dos esforços dos moradores em cooperação, os filhos brincam nas ruas porque todos se conhecem e se cuidam. Quando tem que trabalhar, essas mulheres contam com a ajuda e apoio das vizinhas para tomar conta das crianças. Muitas vezes a renda da família é complementada, ou mesmo se constitui integralmente, por trabalhos feitos em casa pelas mulheres. Muitas fazem artesanato ou comida para vender para a vizinhança.

Portanto, quando são ameaçadas de remoção, o que está em jogo é muito mais do que a casa (um teto e quatro paredes). É toda a forma de sobrevivência das famílias, adaptada ao território que ocupam. Daí o protagonismo de tantas mulheres. Assim, muitas são as táticas usadas por essas mulheres na luta. Na Vila Autódromo, Dona Jane, que faz parte da associação de moradores, está sempre com uma câmera na mão e disposta a visibilizar a luta de sua comunidade e as arbitrariedades dos agentes da prefeitura. A professora Inalva guarda e defende a história e os documentos de sua construção comunitária por uma cidade de direitos. Donda Penha, com grande

4 A mobilização em torno da campanha #urbanizajá, que convida as pessoas a gravarem vídeos cobrando da Prefeitura do Rio a urbanização da Vila e desafiando outros três colegas a fazerem o mesmo. A campanha teve aderência maciça e contou com a participação de pessoas públicas de destaque, o que contribuiu para a visibilidade da causa da luta da comunidade da Vila Autódromo.

engajamento na igreja católica, dá força a seus vizinhos para que não desistam de tudo o que já conquistaram.

Na comunidade do Arroio Pavuna, a principal liderança é Dona Zélia, que com a postura aguerrida de uma matriarca, não só conseguiu a permanência de sua comunidade quando a Transcarioca passou, mas também batalhou para que a Prefeitura indenizasse de forma justa e custeasse algumas obras de infraestrutura e melhorias nas comunidades. São muitos os exemplos, mas podemos mencionar ainda a Irmã Fátima, que é considerada com muito carinho pelos moradores da Estradinha. Com muita coragem, já interpelou o Prefeito de frente, quando o viu falar arbitrariedades sobre sua comunidade. Mobilizadora, organizou junto com moradores e militantes atividades para a reconstrução da comunidade após a demolição de várias casas. Estas e tantas outras mulheres estão entre as principais lideranças que lutam pelo direito à moradia e à cidade dos habitantes das comunidades ameaçadas de remoção.

O que está em jogo, portanto, é toda uma forma espontânea e cooperativa de viver a cidade e o território. Diante de décadas de um processo de segregação socioespacial, os moradores foram desenvolvendo suas vidas às margens do mercado imobiliário e da exploração dos serviços formais de serviços e infraestrutura. Isso lhes permitiu criar uma dinâmica de vida, que a “inclusão pelo consumo” do neodesenvolvimentismo e os padrões de vida das classes mais abastada, não dão conta de preencher. Por isso a luta pela permanência em seus territórios, mas com a necessidade de conquista de melhorias e condições cada vez mais dignas de vida. Assim, o urbanismo social da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade, não cabe na gestão da cidade como mercadoria e através de PPPs, da forma como tem sido implementadas atualmente – como é o caso do Parque Olímpico.

A COMUNIDADE ARROIO PAVUNA

A história da comunidade de pescadores Arroio Pavuna se inicia em 1938, quando seus moradores instalados inicialmente na praia das pedrinhas, terreno do antigo autódromo, foram removidos pelo governo de Getúlio Vargas e realocados na foz do Arroio Pavuna, às margens da Lagoa de Jacarepaguá. A área onde se estabelece a comunidade, de propriedade da União, antes isolada do restante da cidade, atualmente é objeto de disputa frente à especulação imobiliária crescente na região. A luta pelo direito à moradia da comunidade Arroio Pavuna se intensifica a partir da década de 1980 com a construção do condomínio de luxo Rio 2, concebido e edificado pela empreiteira Carvalho Hosken como um condomínio-bairro. Modelo de uma nova forma de habitação, baseada no isolamento em enclaves fechados e vigiados, e consequentemente na estratificação da cidade, justificou a primeira tentativa de remoção da comunidade.

ESPAÇOS DE INSURGÊNCIA E SUBVERSÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER

A investigação das origens e dos mecanismos de reprodução do sistema de opressão-exploração patriarcal que perpassa todas as esferas da sociedade estão no escopo do feminismo. A centralidade do patriarcado para a compreensão da desigualdade nas relações entre mulheres e homens, segue a reflexão de Saffioti (2011) que avalia que desconsiderar o patriarcado no debate feminista individualiza o privilégio masculino e o desvincula dos mecanismos de dominação, opressão e exploração estruturais. A intenção aqui é apresentar resumidamente o devir das práticas e conceitos feministas e as principais discussões relativas à desigualdade de gênero e finalmente, acionar algumas noções válidas para a compreensão do papel social da mulher na

sociedade brasileira. Os principais eixos da primeira fase do feminismo foram a educação das mulheres, o direito ao voto, a igualdade no casamento, e o fim da incapacidade jurídica atribuída à mulher, em particular no que se refere ao direito de dispor de suas propriedades. O “feminismo liberal” que se desenvolveu ao longo do século XIX se define, portanto por um evidente recorte de classe e raça/etnia, uma vez que suas demandas não abrangem as mulheres trabalhadoras pobres e negras, muitas delas responsáveis pela subsistência da família e em luta por direitos ainda mais básicos do que a cidadania plena. A suposta fragilidade das mulheres tem cor e classe específicas (MONTEIRO, 2015).

A defesa da igualdade entre mulheres e homens presente na crítica marxista afirma que “a primeira grande divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação de filhos” (MARX *apud* ENGELS, 2010, p. 72). A reflexão sobre a situação da mulher é complementada posteriormente por Engels que observa que a primeira oposição de classes da história é o antagonismo entre mulheres e homens. A associação da opressão-exploração da mulher com o “desmoronamento do direito materno, a grande derrota do sexo feminino” (ENGELS, 2010, p. 61) e sua interpretação como subproduto da dominação burguesa, contudo anula a especificidade das questões de gênero que o feminismo intenciona destacar (MIGUEL; BIROLI, 2013). A opressão e a desigualdade de gênero são obviamente anteriores ao capitalismo.

As rápidas mudanças do capitalismo impulsionaram massivamente as mulheres ao mercado de trabalho (GOLDMAN *apud* MONTEIRO, 2015). A complexidade desse processo determina resultados dúbios, pois se por um lado modificou drasticamente o papel social das mulheres na família e definiu uma nova perspectiva sobre a libertação das mulheres, por outro instituiu o atual sistema de opressão-exploração da mulher. Em uma sociedade de classes, de acordo com Saffioti “o princípio da igualdade entre os homens permanecia válido apenas no plano jurídico [...]. No que tange aos sexos, a sociedade competitiva não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres” (2014, p. 160).

O feminismo socialista se estabelece a partir da crítica marxista sob a perspectiva não somente do definhamento do Estado, mas também, por meio da socialização do trabalho doméstico, do definhamento da família como unidade de produção. Na crítica feminista socialista a opressão feminina se relaciona não somente à questão da propriedade mas também do modo de produção, inserindo a classe social e a divisão social do trabalho nas reflexões sobre o sexismo. A suposta radicalidade do socialismo determinou certa distância do movimento sufragista (MONTEIRO, 2015). O socialismo em confrontação direta com a forma de organização do Estado capitalista destacou a necessidade de libertar as mulheres, tanto com a socialização do trabalho doméstico e do cuidado com os dependentes, quanto da inserção feminina na produção, possibilitando sua independência econômica. A perspectiva socialista extrapola a conquista de mais direitos ou liberdade e evidencia a necessidade de inserção das mulheres na esfera pública e administrativa do Estado, destacando além da opressão, a alienação do trabalho doméstico como um entrave ao desenvolvimento das mulheres enquanto cidadãs (GOLDMAN *apud* MONTEIRO, 2015).

No Brasil, o sufrágio feminino foi incorporado à Constituição em 1934 por meio de intensa pressão política das sufragistas. Após a vitória em relação ao voto feminino, a luta feminista se concentrou na questão do trabalho feminino e na proteção da maternidade e da infância, demandas sistematizadas pelo Estatuto da Mulher elaborado em 1937 por Bertha Lutz. A organização feminina durante as décadas de 1930 e 1940 se fundiu com a luta contra a ditadura de Vargas e a defesa da democracia e da anistia. Comitês e associações de mulheres se consolidaram no período, contudo não conseguiram influenciar na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, que

composta exclusivamente por homens, excluiu o sufrágio universal, impedindo cerca de 10 milhões de mulheres analfabetas de votar (TELES *apud* MONTEIRO, 2015).

As lutas contra o desejo de favelas, contra o alto custo de vida, pelos direitos da mulher, pela defesa da infância, por infraestrutura básica e por creches centralizaram as práticas feministas no período, demonstrando a materialidade da desigualdade de gênero e sua intrínseca relação com a cidade. As mulheres trabalhadoras reivindicaram a extensão dos direitos trabalhistas às mulheres do campo, organizaram campanha pela sindicalização da mulher e por sua participação na direção dos sindicatos. A crítica aos artigos discriminatórios à mulher casada do Código Civil de 1916 também foi foco de atenção do movimento de mulheres. As questões relativas à autonomia feminina como controle de fertilidade, aborto, sexualidade, violência doméstica, violência sexual, nesse momento não eram ainda mencionadas. As associações e comitês de mulheres praticamente desapareceram com o golpe militar de 1964. As mulheres foram incorporadas às organizações de esquerda durante a ditadura militar, contudo essas organizações absorveram a mulher militante sob a lógica do sexismo e da divisão sexual das funções sociais. Assim, ao participar da luta armada, as mulheres puderam sentir as discriminações, efetivadas tanto por meio da superproteção, quanto pela subestimação de sua capacidade física e intelectual (TELES *apud* MONTEIRO, 2015).

O agravamento das condições de vida e trabalho motivou, a partir de 1970, a crescente mobilização das mulheres da periferia, que diante da necessidade de exercer atividade remunerada para contribuir com a manutenção da família, intensificaram a reivindicação por creches para a mãe trabalhadora e a organização contra o alto custo de vida. O Movimento contra a Carestia foi o primeiro movimento popular de massas após o Ato Institucional nº 5 e se expandiu por diversos estados, centralizando a luta pelo direito à moradia, educação, creches, transporte, reforma agrária e melhores salários. O pioneirismo e protagonismo das mulheres da periferia originou um movimento que incorporou milhares de pessoas e fortaleceu a luta pela democracia, contudo “a medida que o movimento cresceu, entraram os sindicatos e outras instituições. A direção ficou na mão dos homens. E a reivindicação creche desapareceu” (TELES, 1993, p. 80).

No processo de organização política das mulheres da periferia, militantes e acadêmicas feministas vinculadas a grupos políticos de esquerda ou à igreja católica, se articularam aos movimentos de reivindicação de creches e contra a carestia e começaram a frequentar os bairros e as reuniões. Embora os assuntos considerados tabus como aborto, violência doméstica, estupro, sexualidade e lesbianismo permanecem intocados, as mulheres cada vez mais se sensibilizavam e conscientizavam por seus problemas específicos (TELES *apud* MONTEIRO, 2015).

A luta pela anistia também foi protagonizada por mulheres organizadas na Comissão de Mães pela Libertação de seus Filhos, que a princípio mobilizou as mulheres mais próximas aos presos políticos, mas logo recebeu adesão de outras mulheres. As atividades de associações e comitês de mulheres só foram retomadas efetivamente a partir de 1975, no Ano Internacional da Mulher. A iniciativa da ONU estabeleceu um espaço de discussão e organização em uma conjuntura de ausência de liberdades democráticas, o que foi determinante para os movimentos sociais em geral. No Ano Internacional da Mulher a Comissão de Mães pela Libertação de seus Filhos preparou um abaixo-assinado acompanhado do “Manifesto da Mulher Brasileira” a favor da anistia. O manifesto recebeu adesão em todo o Brasil e originou o Movimento Feminino pela Anistia (TELES, 1993).

O ano de 1975 foi um marco histórico para o avanço das ideias feministas no Brasil. A pesquisa e discussão sobre o sexismo, a desigualdade de gênero e a condição feminina sob a perspectiva

feminista já estavam em curso em universidades e centros de pesquisa, contudo nesse momento o feminismo começa a ter repercussão na opinião pública. Jornais elaborados sob a perspectiva feminista se consolidaram e atingiram significativa repercussão e tiragem. Nesse momento, no Brasil os problemas femininos se consolidam como questões feministas (MONTEIRO, 2015).

Assim, embora a conquista do sufrágio feminino, gradativa em todo o mundo, tenha sugerido que as demandas feministas haviam sido superadas, a permanência da estrutura de opressão-exploração patriarcal e o sexismo inerente a este, evidenciou a tensão entre igualdade e diferença e a complexidade da desigualdade de gênero. A reflexão de Simone de Beauvoir sobre a contingência de ser mulher, estabeleceu, a partir da década de 1950, novas perspectivas em relação à desigualdade de gênero e influenciou os estudos feministas em todo o mundo. A perspectiva de conquistas de direitos legais começa a ser superada pela necessidade de direitos substantivos para mulheres em distintos lugares e espaços. O feminismo deixa aos poucos de ser exclusivamente branco e começa, ainda que timidamente, a assumir pautas raciais/étnicas, e posteriormente, descoloniais (MONTEIRO, 2015).

A participação na vida política e nos movimentos sociais, para as mulheres, portanto, pode ser uma forma de emancipação. As categorias normativas que interpelam a conformação da identidade feminina, construídas histórica e culturalmente, como argumentado anteriormente, legitimam diferenciações no que diz respeito aos padrões de socialização de gênero, o que para mulher, especialmente, representou em grande parte a renúncia de sua autonomia e individualidade e sua exclusão e submissão na esfera política. As mulheres que responderam a isso, subvertendo seu papel social de gênero, ocupando a esfera pública, foram, muitas vezes, punidas pela sociedade e pela história⁵, em um esforço social de coerção e de reenquadramento da mulher a sua identidade “tradicional”. A fixação e imobilização da conotação simbólica do que é “ser mulher” e do que é o “feminino” limitou historicamente a participação da mulher nos movimentos sociais e a invisibilizou enquanto agente político. Os movimentos sociais sempre foram espaços potentes de resistência que redimensionaram, muitas vezes, o papel socialmente construído para a mulher e subverteram o lugar do “feminino” na política (NASCIUTTI, 2016).

Na luta pelo direito à moradia as mulheres têm conquistado um lugar de destaque e reconhecimento ao constituírem-se enquanto sujeitas de luta, por meio do engajamento e da vivência no processo de resistência à remoção. Isso se evidencia em seu agenciamento político não somente no interior das comunidades, mas ocupando espaços diversos e atuando em diferentes escalas territoriais, institucionais e de poder. Esse intenso processo viabiliza práticas emancipadoras do sujeito feminino, o reposicionando na esfera pública, subvertendo sua fixação ao campo privado, e colocando o espaço urbano também em disputa, ao acionar o debate em torno do direito à cidade e do direito à moradia. Identifica-se, portanto, um deslocamento dessas mulheres ao desestabilizar, na sua afirmação enquanto sujeitas da política e da história, alguns fundamentos normativos estruturais da desigualdade das relações entre mulheres e homens. Assim, dissolvem os estereótipos e provocam rupturas que transcendem, parcialmente, os padrões que social e culturalmente definem a feminilidade (NASCIUTTI, 2016).

Por lógica, a disputa aparece mais em relação à equiparação dos direitos sociais que se distinguem por classes, em combate às assimetrias sócio espaciais e às desigualdades materializadas na cidade

⁵ A punição é graduada a partir dos recortes de classe, raça/etnia, orientação sexual, entre outras. É notável que mulheres brancas, ricas e de classe média possuem privilégios que as permitem maior mobilidade e flexibilização da identidade de gênero, ocupando muitas vezes cargos de poder. Enquanto as mulheres pobres e negras, vivenciam condições cruéis de acirramento de desigualdades, o que as limita, por um lado, sua possibilidade de mobilidade na estrutura social, e, por outro, ao subverterem seu papel social “original”, são mais duramente punidas.

mediante processos de elitização e gentrificação. Portanto, mesmo que se reconheça em certo sentido a conformação das estruturas sociais das desigualdades de gênero, identificadas em suas narrativas, essas agentes não parecem exatamente se apropriar de algo que se aproxime de um discurso feminista sobre a cidade. Entretanto, nenhuma prática foi tão essencialmente feminista como a produção coletiva dos almoços durante a ocupação para evitar a demolição da casa da Dona Penha, moradora da Vila Autódromo. O feminismo não é uma fórmula fechada, tampouco se finda em uma teoria, o feminismo como prática, como cotidiano, se funda nas relações e em uma nova ética. Os sentidos do feminismo, portanto, precisam ser disputados (NASCIUTTI, 2016).

O reconhecimento de suas “narrativas resistentes”, ou seja, a valorização das experiências individuais de diversas mulheres – principalmente sobre as quais incidem mais fatores de vulnerabilidade, portanto as mulheres pobres, de periferia e moradoras de favela – precisa se expandir para caminhar de construção de um projeto de cidade mais democrático, menos elitista e sexista: um projeto de cidade feminista (NASCIUTTI, 2016).

NARRATIVAS RESISTENTES DE MULHERES EM LUTA

A necessidade de consolidar e fortalecer a agência do sujeito coletivo mulheres frente a conjuntura política que se apresenta, motivou a organização de rodas de conversa com mulheres atingidas por remoções. A primeira atividade organizada com esse intuito foi realizada na Jornada de Lutas contra os Jogos da Exclusão, organizado por diversos coletivos, mandatos parlamentares, ONGs e Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas com intuito de denunciar as violações de direitos relacionadas aos megaeventos esportivos. Nesse evento, a Roda de Conversa Resistências e Auto-organização das Mulheres na Cidade demonstrou a importância e o poder de evidenciar e valorizar as narrativas das mulheres em luta.

A luta por igualdade diante do sistema de opressão-exploração patriarcal e sexista é constantemente direcionada à inserção em uma universalidade embebida do masculino e atrelada às relações de dominação, que desvaloriza as atividades relacionadas às mulheres. A tensão entre a valorização da diferença e a luta pela igualdade de gênero deve considerar, por um lado, que a igualdade não se efetiva se inserida num sistema patriarcal de dominação, e por outro, que as diferenças se refletem em desigualdades econômicas e políticas e que, portanto, não podem ser consideradas irrestritamente como relativas ou positivas (MONTEIRO, 2015). Essas narrativas que afloram a partir de uma ética que se baseia no cotidiano e na vivência coletiva fortalecem a luta pois oferecem à resistência uma estrutura, uma base⁶.

O avanço da proposta do PEU das Vargens que engloba as comunidades Vila Autódromo e Arroio Pavuna e a avaliação que as ameaças a essas comunidades não cessaram mesmo com o reassentamento dos moradores e a aparente estagnação do processo de remoção, demonstrou a

⁶ O uso do conceito “ética do cuidado” aparece aqui distante das proposições elaboradas pela corrente maternalista do feminismo, que pretende propor uma ética “feminina” que daria conta de reelaborar e problematizar noções que implicam a discussão em torno da justiça e da política. Um dos argumentos elaborados seria afirmar que o cuidado com a casa e com os mais vulneráveis (crianças e idosos) formaria uma experiência que fundaria uma ética que daria conta de perspectivas que os valores masculinos excluem (BIROLI, 2014). Entretanto a este trabalho nos interessa mais como esta noção em torno da ética é apropriada ou traduzida pelas próprias sujeitas em questão que identificam uma relação diferenciada das mulheres com a casa e uma produção de um vínculo específico ao “lar” que irá refletir em uma prática diferenciada das mulheres na luta.

necessidade de fortalecer a articulação dessas mulheres resistentes, e uma nova roda de conversa foi realizada em novembro de 2016. Das conversas dessa tarde de domingo destacamos os relatos transcritos parcialmente a seguir. A roda de conversa foi concebida como um espaço em que as mulheres pudessem trocar suas experiências, falar de suas vidas, expectativas e sobre sua relação com a cidade. Com a presença de mulheres da Vila Autódromo e Arroio Pavuna a roda se consolidou como um espaço de articular, fortalecer laços e buscar outras mulheres para participar da luta.

Os eixos temáticos propostos para orientar a roda de conversa foram foram (1) cotidiano - como as mulheres vivenciam a cidade, como elas se colocam no espaço da cidade; (2) luta - como elas evidenciam-se na luta, em quais atividades é possível para mulher se inserir, se elas enfrentam dificuldades para lutar, para acessar as disputas por ser mulher, entender as implicações em torno do protagonismo feminino na resistência; (3) violência - como elas reconhecem e lidam com a violência cotidiana, violência urbana, policial e doméstica; (4) experiências pessoais - para pensar em produzir uma prática epistemológica que constrói a reflexão a partir de autonarrativas que estimulem a alteridade e escuta do outro. Pretende-se aqui destacar os pontos comuns e divergentes das narrativas, bem como tecê-las com questões já abordadas neste trabalho.

A seleção das narrativas aqui apresentadas pretende identificar as experiências na especificidade de cada sujeito-mulher, e como essas interpretam os diversos pontos apresentados pelos eixos temáticos que conduziram a roda de conversa, a partir de seu olhar, que se posiciona diferenciadamente no interior dos processos analisados, e que é atravessado pelo seu agenciamento na luta.

No eixo “cotidiano”, procurou-se identificar, nas narrativas, onde poderia se revelar um possível cruzamento de análise entre gênero e cidade, observando se as mulheres refletem sobre a experiência diferenciada da mulher na cidade, que incide sobre a sua própria vivência no espaço urbano. Para isso, buscou-se primeiro identificar se essas sujeitas reconheciam-se inseridas e atravessadas por essas assimetrias definidas na cidade, e se elas percebiam uma experiência de negação do espaço urbano associada ao fato de serem mulheres.

Neste aspecto, observamos com mais evidência a referência ao medo que desestimula ou impossibilita a livre circulação e mobilidade pela cidade, que condicionaria à mulher um lugar desprivilegiado no apropriar-se e ocupar a cidade. Dessa maneira, reconheceu-se entre as falas o medo de sair sozinha na rua; o medo de circular por espaços específicos considerados “arriscados”; o medo de ser assaltada ou violentada sexualmente; etc. Além disso, identificou-se experiências comuns no que toca a vivência nos transportes públicos, pois todas apresentaram relatos de casos de assédio e violência a seus corpos provocados por homens.

No eixo “luta”, apresenta-se questões vinculadas mais diretamente aos processos vivenciados pelas mulheres na resistência de suas comunidadeS, ativando-se a disputa pelo direito à moradia. Ao observarmos nos dois casos analisados, Vila Autódromo e Arroio Pavuna, um evidente protagonismo feminino na luta contra as remoções e a favor da permanência das comunidades, alavancou uma série de questões que se buscou investigar nesta pesquisa: (i) por que as mulheres participam mais ativamente e aparecem com mais destaque na luta da comunidade do que os homens?; (ii) o protagonismo feminino mobiliza uma prática feminista da luta social? (iii) de que forma o engajamento na luta permite um grau de expansão da autonomia dessas mulheres para além da luta (no que se refere às relações no trabalho, na casa e na família)?; (iv) o papel socialmente construído da mulher, relacionado à domesticidade e ao cuidado com a casa contribui para elas se engajarem mais ativamente a favor do direito à moradia? (v) em que medida essa

atribuição pode vir a ser “positiva” quando, neste caso específico, contribui para agenciamento significativo na resistência?; (vi) as mulheres são as mais afetadas pelas remoções e pelos deslocamentos consequentes deste processo?

Partindo dessas interrogações, buscou-se identificar de que forma as mulheres da roda respondem a esta questão a partir de suas experiências individuais. Nota-se primeiro que elas atribuem, como resposta à questão da maior participação feminina na luta, uma diferenciação entre o papel social da mulher e do homem em relação ao cuidado com a casa:

Dona Jane: Porque o homem é um machão mas a mulher é o pilar da casa.

Dona Zélia: Os homens ele sempre tem na cabeça deles que eles são os provedores, que tem que ser obedecido mas nas questões da comunidade, da luta eles sempre veem em primeiro lugar o trabalho deles, e deixam que a mulher fazer a luta, a disputa, a correria. O homem sempre deixa que a mulher faça, o homem é mais... Há uma grande diferença entre o homem e a mulher. A mulher é quem cuida da casa dos filhos, e o homem ele que é o provedor, ele que corre atrás de colocar dentro de casa, comida, o homem nem se preocupa muito com a questão da educação dos filhos, ele não se volta para isso, deixa isso tudo a cargo da mulher. E na luta, eles também estão mais ligados no que eles fazem fora de casa, então você vê que não tem muitos homens ali junto das mulheres, são raros, são poucos que participam da luta. O homem não se liga nisso, ele deixa com a mulher, porque a mulher é a guerreira. A mulher é que enfrenta, a mulher é que tem força pra esse tipo de coisa. Então você quase não vê homem no nosso grupo. Hoje em dia você vê homens mais jovens, os homens mais velhos não participam.

Sandra Maria: A questão do território também. A questão que o homem não tem essa ligação com a casa como tem a mulher e também não tem esse elo, essa dependência, esse vínculo com a coletividade. O vínculo dele é com a diversão, com o lazer, então pra ele é indiferente se ele tá morando do lado da sua casa ou se vai te visitar no fim de semana depois do futebol, ele não tem essa preocupação. Para a mulher esse vínculo com a coletividade, esse vínculo social é muito mais cotidiano, faz muito mais parte do cotidiano dela, existe mesmo uma dependência com aquilo.

Dona Zélia: a mulher tem mais a preocupação de ter a casa, por causa dos filhos, o homem não tem muito essa preocupação...

Sandra Maria: A relação dentro da necessidade, é muito o que define a questão da favela porque as soluções que surgem dentro da favela, da comunidade elas são muito geradas pela necessidade, é o problema gerando solução né? E na vida da mulher que vive em comunidade acontece isso também, é muito diferente, por exemplo, de uma madame que tem dinheiro ne? Ela não tem esse vínculo social porque ela tem dinheiro, então ela paga uma babá, ela paga uma faxineira. O vínculo dela é com o capital. Mas a mulher de comunidade não, ela tem um vínculo com a coletividade, porque ela tem um vínculo com aquelas pessoas, sem aquelas pessoas, como que eu vou fazer agora? Sozinha no mundo? O maior problema da remoção pra mim é a solidão. E a solidão ela vai afetar principalmente a mulher, não vai afetar o homem como afeta a mulher. Porque como disse a Dona Zélia é a mulher que se preocupa com a saúde, com a educação, com a organização da casa.

Essa diferenciação entre os papéis socialmente atribuídos entre gêneros, identificada por elas, refletiria, portanto, em um engajamento diferenciado na luta contra a remoção das casas. Muitas vezes, elas observam, que enquanto os homens tendem a negociar com mais facilidade com a

Prefeitura, as mulheres poderiam ao exercer o papel de “cuidar” da casa, estariam à frente da disputa pela sua permanência.

Sandra Regina: Posso contar de uma experiência minha? Lá em casa quando tavam querendo forçar as negociações, aí chegaram até a mim, aí eu cheguei participei o meu esposo do que havia sido falado... Aí ele [marido] chegou e falou assim: “Ué é contigo mesmo, sua cabeça é seu mestre”, eu falei: “Beleza”. Aí um dia meu filho chegou e falou: “Caraca mãe todo mundo ganhando dinheiro, todo mundo ganhando apartamento!”, e não sei o que, “Mãe negocia isso aí! A gente vai sair sem nada!”. E eu falei: “Não, não vai não. Espera mais um pouco.” [...] Nasci pelada, to vertida, vamo embora! Aí ele chegou e falou: “Pô pai fala com a minha mãe, pra ela negociar.” Aí ele chegou e falou assim: “O Wanderson ela sabe o que ela ta fazendo. Então você deixa que ela resolve.” Aí passou, aí houve aquele lance todo, aí veio as casas... Aí ele pegou e falou assim: “Caraca agora eu vou ter uma casa só minha!”. E eu falei: “É, graças a mim. Porque se eu tivesse ido na tua ideia de ter negociado, você estaria em um apartamento sem documento, sabe Deus se você ia continuar lá ou não. Então, agora eu vou te dizer uma coisa, a casa nunca vai ser vendida. Você vai morrer dentro dela! Mas ela não vai ser vendida.” Ele falou, “não mas eu não tô pensando em vender não”, e eu disse “e nem é pra pensar, eu já tô te falando que pra já num botar esse pensamento”. Aí o esposo, “tá vendo? Ai você se apressa e o que ia ser? O que você ia ter? Um apartamento? Acha certo isso?”. Ai ele “não eu até peço desculpas”, aí ele “não você não tem que pedir desculpa pra mim não, você tem que pedir desculpa pra sua mãe, ela que foi a cabeça da situação, eu acreditei nela”.

Sandra Maria: Muitos maridos pressionaram muito as mulheres. A própria Xuxa... Se fosse pela cabeça do Carlos [o marido] eles tinham saído muito mal. A Xuxa que: “Não, tem que resolver o problema da família toda!”. E foi se preocupar com o filho de lá, filho de cá, filho... Com todo mundo... Imagina a pressão que ela não sofreu, ela negociando, pegando apartamento, pegando dinheiro, tendo que controlar esse dinheiro, o cara ameaçando de que vai bater, de que vai te matar, de que vai... E ela assim mesmo: “Não, eu não vou te dar esse dinheiro” e ter que se manter firme dentro dessa situação. [...] Mas saiu, mas faz parte de um processo de pressão que ela sofreu o tempo todo aqui. Porque ela tava tentando negociar direito e ele atrapalhando né? E ela tendo que ir na prefeitura, e ele ainda fazia escândalo toda vez que ela ia. Era um problema danado. E outras mulheres também que se viram muito pressionadas pelo marido, pela questão do dinheiro, pela questão do medo, pela questão do seja lá do que for. Mas o que eu acho pior, além dessa pressão que a mulher às vezes sofre e muitas vezes acaba negociando, sem contar aqueles casos que o marido resolve e pronto. E a mulher só tem... Só aceita. Porque ela não decide nada. E aqui a gente teve muito desses casos. Muitas mulheres não tinham sequer opção de escolher [se negociavam ou não], porque o marido é que resolvia e ela apenas acatava. Só que depois que muda, que vai prum outro lugar, o homem vai trabalhar, o homem quando chega fica no bar logo... Eu sei de casos de alguns casais que o homem já tá entrosado no bar... com num sei qué, com a vizinhança... E ela que fica mais dentro de casa, mais com os filhos... Se vê sozinha. Eu acho que a perda maior é justamente essa coisa que a Ceição coloca que é a relação da coletividade. Eu acho que é a maior perda de todas nesse processo de remoção é essa: a questão do amparo da coletividade. Que a coletividade te dá e você perde.

Este último depoimento identifica ainda que as mulheres seriam diferencialmente afetadas pelo processo de deslocamento decorrente da remoção. Esta reflexão apresenta-se em outro momento nas falas das sujeitas, quando pensam se as mulheres seriam as que sofrem mais ao serem removidas de suas comunidades. As respostas, nesse caso, não são convergentes:

Dona Jane: Eu acho que não. Eu acho que afeta muito o homem também. Porque o homem ele é... Ele é mais... Nesse ponto aí a mulher é mais forte do que o homem. E o homem tem muito aquela coisa de proteger a honra dele, e ele se acha... Ele acaba sendo mais fraco do que as mulheres. Por que? O homem não consegue se vê quebrado, entendeu? E ele sai quebrado.

Sandra Maria: Eu já não concordo, eu já vejo diferente. Eu já acho que afeta muito mais a vida da mulher toda essa luta. Principalmente quando tem filho pequenos. Porque você mora dentro de uma comunidade, você que é mãe e tem filhos pequenos dentro de uma comunidade você tem um apoio, você tem mais ajuda, você tem amigos que te ajudam pra você trabalhar, poder estudar... Você pode até às vezes sair pra trabalhar deixa os filhos sozinhos em casa brincando, porque você sabe que se acontecer alguma coisa vai ter alguém pra socorro. Aí você vai pra um lugar diferente com pessoas que você não conhece, você se vê de repente sozinha com essa situação. O homem em geral é muito egoísta, ele não divide essa parte com a mulher. E então pro homem, ele vai continuar saindo - de uma forma assim geral, é claro que tem exceções - mas ele vai continuar morando aqui ou morando lá, ele vai sair de manhã vai trabalhar, vai voltar, quem vai ficar sobrecarregada com a questão de filhos, escola, casa, tudo (!), vai ser a mulher. Eu acho que a mulher vai sofrer muito mais do que homem nessa parte.

Conceição: Eu falo assim, na minha opinião, assim, vou falar pela experiência né? Que eu me mudei. Na minha experiência, eu acho que eu sofri mais do que meu marido, porque eu morando lá... Que eu saí mais assim né, porque tinha que dividir a casa, a gente só tinha uma casa e tal... E "terminemo" que a gente escolheu o apartamento e cada um foi se virar. Eu sofri muito, porque eu sempre amei aquele lugar, então eu... Todo mundo sabe que eu gosto muito da Vila Autódromo. E aí em casa sozinha, cara... Meu irmão num ta mais morando lá né... [chora, se emociona] Eu fico até emocionada, né... Aí eu fico sozinha naquela casa, tendeu? E eu entro em desespero! Fico chorando, eu me sinto só... Na Vila Autódromo todo mundo... Você vai pra casa da vizinha... Então eu me mudar pra mim foi muito ruim. [...] E apartamento, cara, não é a mesma coisa que você botar a casa dentro da porta. Você vê seu vizinho do lado na hora que você chega... [...] [No apartamento] você sobe as escadas fecha a porta e não tem mais nada. Você não pode nem botar uma planta na rua, na calçada...

Nesse sentido a solidão decorrente do rompimento dos laços comunitários aparece como principal dificuldade, a qual a mulher estaria mais vulnerável. Esta vulnerabilidade pode ser explicada por exemplo pelo vínculo que a mulher construiria com os laços comunitários e com a relação com a vizinhança, que se apoia entre outros fatores na ideia da construção de uma sensibilidade maior socialmente construída da mulher ao cuidado com a casa e família. Reconhece-se que a mulher foi socializada a tomar conta do lar, portanto isto justificaria o fato deste ocupar um espaço de mais relevante em sua vida, do que a do homem. Isto implica que as mulheres valorizam mais os laços comunitários e de vizinhança, não apenas no sentido afetivo, mas também porque a rede de solidariedade é fundamental, pois, para que elas conquistem autonomia e independência, dependem em deixar os filhos aos cuidados dos vizinhos ou de familiares.

O eixo "violência", de forma previsível trespassou todos os demais eixos, a violência cotidiana marca o corpo, a vida e a narrativa dessas mulheres, seja indo pro trabalho no transporte público, seja no lazer, seja em suas casas, seja nas lutas. Os argumentos indicam que a violência policial ou do Estado sobre as mulheres - incide especialmente na mulher negra, trabalhadora e de periferia - é reconhecido especialmente no tratamento negligente do Estado nos casos de denúncia de violência doméstica:

Conceição: Eu, na minha opinião, eu acho que nós mulheres somos menos protegidas, porque se o marido da gente bate na gente, fazendo maldade com a gente, a gente vai lá dar queixa na delegacia da mulher, aí eles só dá uma ordenzinha pra ter num sei quantos metros de distância, aí você volta pra casa e ele não te dá nada de proteção, aí o cara vem e te mata. É o que eu mais vejo na televisão e já aconteceu isso com parente meu. Não aconteceu nada! Você acredita? Meio que ela saiu, “ah você tem que ficar a não sei quantos metros de distância”, e deu em morte mesmo, mataram até a minha prima, ela foi dar queixa... Que realmente eu acho que nós mulheres tem medo de dar queixa. Por que a gente tem medo? Porque não resolve! Aí a gente ainda fica com mais medo de dar queixa! Ainda fica com mais medo porque o cara vai ficar com mais raiva de você, entendeu? [...]

Sandra: Tem muitas mulheres que não dá [queixa] porque não tem a atitude de viver a vida sozinha. Aí então ela fica à mercê da pancada porque ela vai ter uma regalia, porque o “ômi” dá o dinheiro, porque o “ômi” dá a comida. Muitas delas ficam por causa da comida, porque “ômi” acha que mulher é igual porco, só vive pra comer, entendeu? Eu acho que, eu penso, no meu ver, que se elas tivessem mais atitude talvez fossem mais escutadas.

Além disso, poderíamos argumentar que as mulheres vítimas de violência doméstica, muitas vezes, não conseguem pôr um fim à relação com o agressor por não verem alternativa viável, tanto pelo fato de serem dependentes economicamente em relação ao homem, como devido à insegurança da posse, pois a propriedade da moradia está, normalmente, nas mãos do marido.

Nesse sentido, percebe-se uma construção argumentativa em torno de uma maior vulnerabilidade das mulheres que, por um lado, exarceba a experiência de violência no que toca o processo de remoções, como já colocado, e por outro as submete a uma violência de Estado específica, relacionada a um papel social atribuído ao gênero feminino:

Sandra Maria: [...] O que eu acho assim da questão da violência do Estado com a mulher já diretamente... Eu acho que passa muito pela questão que a Conceição falou e assim na própria relação do Estado com a mulher... Na questão assim de que existe um condicionamento pra mulher dentro da sociedade. Então se você for em uma delegacia prestar queixa de que você foi violentada, agredida pelo seu marido, como falou a Ceição... Se você tiver vestida de uma determinada forma, o teu tratamento vai ser um, se você tiver vestida de outro, o teu tratamento será outro. Se você é... Então muita coisa tá implícita nisso daí que é a relação do Estado com a mulher. Que é a questão do condicionamento social da mulher. Então a mulher pra ela se dirigir ao Estado, à polícia, aí ela tem que ter um determinado jeito de falar, um determinado jeito de agir, de se vestir, pra que ela seja respeitada e não ser tratada como uma vadia. [...] Eu acho que a violência maior que o Estado mete através dessas forças de controle é justamente no trato com a mulher que condiciona ela a um determinado padrão de comportamento. Dependendo da roupa que você tiver usando, do local que você esteja inclusive, você se passar por uma blitzt ou levar uma dura da polícia, então você vai ser tratada de uma forma ou de outra. Correndo o risco até de ser violentada sexualmente, ou né... Enfim.

Ao mesmo tempo percebe-se, subvertendo esse lugar da vulnerabilidade um reconhecimento de força maior da mulher percebido por elas na materialidade da prática de resistência que colocaria a mulher à frente do processo de luta:

Dona Jane: Nesse ponto aí a mulher é mais forte do que o homem. E o homem tem muito aquela coisa de proteger a honra dele, e ele se acha... Ele acaba sendo mais fraco do que as mulheres. Por que? [...] Ah porque as mulheres já estão acostumadas a tomar porrada de tudo quanto é lugar. E acaba resistindo mais. Acaba resistindo mais...

As narrativas continuam, a luta também, é cotidiana e será protagonizadas por mulheres.

REFERÊNCIAS

ALTINO, Lucas. **Depois do Porto, prefeitura quer fazer a 'Vargens Maravilha'**: Operação consorciada, como feito na Zona Portuária, está sendo estudada por consórcio. In: O Globo, out, 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/depois-do-porto-prefeitura-quer-fazer-vargens-maravilha-17767290#ixzz4RQJXFKYy>. Acessado em: 29/11/2016.

ARAÚJO, Juliana L. **Um Novo Capítulo da “Marcha para Oeste” no Município do Rio de Janeiro**: análise da regulação urbanística e dos agentes envolvidos no processo de ocupação da região das “Vargens” na última década. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2016. (221 páginas)

MONTEIRO, Poliana. **O Gênero da Habitação**: A diretriz de titulação feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2015. (218 páginas)

NASCIUTTI, Luiza. **Gênero, Cidade e Luta**: Narrativas resistentes das mulheres da Vila Autódromo. Monografia (Graduação) - Universidade Federal Fluminense/ Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói: IACS/UFF, 2016. (162 páginas)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1ª ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.